

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53

**ATA DA 160ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(19 de setembro de 2006)**

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e seis, às dezenove horas e trinta minutos, no Auditorium Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a constatação de quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para centésima sexagésima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pauta: **1 – Aprovação das atas da reunião extraordinária, de 01 de agosto de 2006 e da 159ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde e pauta para 159ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2 – Informes; 3 - Prestação de Contas do FMS referente ao mês de julho de 2006; 4 – Análise da Assistência à Saúde em Decorrência do Movimento de Greve dos Servidores Municipais; 5 – Autonomia da Autarquia Municipal de Saúde frente à centralização do Processo de Compras; 6 – Avaliação do Convênio SAMU/CIAP; 7 - Apresentação e Aprovação do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica; 8 – Apresentação da Lei Federal 11.340/2006 “Maria da Penha Maia”; 9 - Alteração de cadastro do Hoftalon/CPDV.** Josemari de Arruda Campos dá início a reunião do Conselho Municipal de Saúde colocando em apreciação **a ata da reunião extraordinária de 01 de agosto de 2006, que sem manifestações contrárias é APROVADA pelos conselheiros presentes.** A seguir é colocada em apreciação **a ata da 159ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, sendo APROVADA por todos os conselheiros.** Joel Tadeu parabeniza a equipe da secretaria administrativa do Conselho Municipal de Saúde pelas atas confeccionadas. Josemari Campos propõe que seja mantida a dinâmica da reunião anterior, limitando o tempo de fala tanto dos conselheiros como da plenária a dois minutos e também que na fala da segunda pessoa as inscrições sejam encerradas, sendo a proposta acordada por todos os conselheiros. A seguir é colocada em apreciação a pauta proposta. Sônia Anselmo solicita que o ponto **8 – Apresentação da Lei Federal 11.340/2006 “Maria da Penha Maia”** passe para o ponto de pauta 4 e que seja debatido após a Prestação de Contas, pois os representantes da Secretaria da Mulher tem a necessidade de se ausentar antes do final da reunião. Marcos Ratto propõe que o item 8 passe para o item 5 após o item “Análise da Assistência à Saúde em Decorrência do Movimento de Greve dos Servidores Municipais”, por conta da presença do Promotor Paulo Tavares que estará contribuindo com a pauta 4. Ison da Silva lembra a secretaria do CMS que há uma pauta pendente solicitada por ele sobre a necessidade de degravação do instrumento de acordo. Sônia Anselmo esclarece que na reunião 112ª de 17 de setembro de 2002 e em reunião de março de 2006 foi deliberado que esta pauta não seria debatida no CMS, uma vez que é sobre uma pendência pessoal do Senhor Ison da Silva e não assunto pertinente ao SUS. Sem mais interlocuções é deliberada pela não inclusão na pauta a solicitação de Ison da Silva. Ficou aprovado que o item de pauta 8 – Apresentação da Lei Federal 11.340/2006 “Maria da Penha Maia” passe para o item 5. Passa-se para o item **2 – Informes.** Beth Claid informa que nos dias 20 e 21 de setembro haverá uma paralisação dos funcionários federais em retaliação a Medida Provisória nº 301. Ana Paula Cantelmo, componente da Câmara Técnica, relata que a Comissão concluiu seu trabalho sobre o Programa de Saúde Auditiva e que na próxima reunião do CMS será apresentado o resultado. Alda Mastelaro informa a realização da Primeira Jornada de Hospitalidade promovida pelo Hospital Evangélico de Londrina, nos dias 21 e 22 de setembro, que tem como objetivo trabalhar o acolhimento ao cliente/paciente, melhorar os aspectos físicos e a individualidade. Marcos Ratto fala que dia 19, na sede do Conselho de Segurança localizada no Com Tour, haverá uma reunião aberta para todos os usuários e lideranças da região oeste, a partir da 19:00 horas, nesta o SINDSERV apresentará documentos à população esclarecendo o porquê que os servidores aderiram ao movimento de greve e o que está sendo pleiteado junto a administração municipal. Paulo Roberto Vicente informa que oficializou a Secretaria Administrativa do Conselho Municipal de Saúde um pedido de desligamento das comissões da Câmara Técnica e de Acompanhamento do Convênio entre a Prefeitura de Londrina e HU; distribui um material recebido divulgando uma Campanha Nacional pela Vida - Brasil sem Aborto, este movimento foi desencadeado em Brasília através da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto, que está organizando uma plenária para discutir o

54 assunto, a plenária será realizada em julho do próximo ano, em Brasília, maiores informações pelo site  
55 [www.brasilsemaborto.com.br](http://www.brasilsemaborto.com.br); fala que nos dias 1, 2 e 3 de setembro participou de Congresso da  
56 Pastoral da Saúde em São Paulo, sobre deficientes e doentes mentais. **Josemari Campos** parabeniza a  
57 conselheira Rosalina Batista pelo recebimento do Diploma de Reconhecimento Público pelos serviços  
58 prestados a Londrina, emitido pela Câmara Municipal de Londrina. **Natal de Oliveira** fala que na  
59 última reunião do CONCENTRO foi debatido um problema encontrado no Ribeirão Quati que por  
60 causa da falta de esgoto foram detectados dois casos de hepatite, pede que a Secretaria de Saúde  
61 apresente informações a respeito na próxima reunião do CMS. **Rosalina Batista** diz que ela e a  
62 conselheira Wilma Silva Ribeiro, participaram de reunião no CCS, promovida pelo Ministério da  
63 Saúde, para discutir o PRÓ SAUDE, esse projeto será implantado no Colegiado de Medicina e  
64 Odontologia da UEL, e também através deste a Secretaria Municipal de Saúde receberá um prêmio de  
65 R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por aceitar o projeto, informa que posteriormente serão enviadas  
66 maiores informações a respeito deste projeto aos conselheiros. **Paulo Tavares** informa que no começo  
67 de setembro participou do III Encontro Nacional do Ministério Público da Área da Saúde, em  
68 Florianópolis, que teve como tema central “O SUS como Patrimônio da Sociedade”, diz que um dos  
69 destaques foi a discussão em torno da Assistência Farmacêutica, quanto ao uso racional dos  
70 medicamentos, dentro desta cultura medicalizante que o Brasil está vivendo, o SUS não dará conta da  
71 demanda, cada vez mais desordenada e sem nenhum critério; na oportunidade ocorreram debates de  
72 teses e uma das teses debatidas junto ao Ministro de Saúde, era o fato dos médicos do SUS não terem  
73 acesso aos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, o Ministro se  
74 comprometeu em tentar fazer com que esses protocolos fossem cumpridos; aproveita a ocasião para  
75 parabenizar a Direção do Hospital Universitário que determinou uma ordem de serviço a pedido do  
76 Ministério Público, no sentido de que todos os médicos do HU quando forem prescrever medicações  
77 que não estejam catalogadas nos protocolos clínicos que apresentem justificativas ou trabalhos  
78 científicos embasando a prescrição, espera que a 17ª Regional de Saúde, o CISMEDPAR e os demais  
79 hospitais que atendem o SUS adotem esta medida. **Cícero**, representante do Conselho Local de Saúde  
80 da UBS Leonor, pergunta se a UBS do Leonor será contemplada dentro da licitação de segurança.  
81 **Ubirajara** explica que este projeto é apenas para instalação de alarme, portanto Unidades de Saúde 24  
82 horas como Leonor, PAM/PAI, SAMU entre outros, não foram contempladas por ficarem sempre  
83 abertas. **Sônia Anselmo** informa ao Cícero que caso queira esclarecer alguma dúvida neste sentido  
84 que oficialize junto a Secretaria do CMS para ser pautado posteriormente. **Marcos Ratto** pede questão  
85 de ordem, dizendo concordar com a preocupação do Cícero e acha pertinente que a questão da  
86 segurança nas UBS seja pautada, pois há necessidade de discutir no CMS como será trabalhado o  
87 enquadramento dos servidores na função de segurança que serão substituídos por terceirizados, diz que  
88 o SINDSERV poderá encaminhar ao Conselho Local de Saúde do Leonor várias informações para  
89 embasar a discussão. **Marlene Zucoli** esclarece fato que veio a público esta semana sobre a  
90 preocupação da Associação dos Pacientes Ostimizados para aquisição das bolsas de colostomias,  
91 informa que a primeira compra foi feita em julho para três meses, tendo como critério o pedido anual  
92 feito pelo HC e esse pedido venceria em 20 de outubro, o processo de licitação está no almoxarifado  
93 fechado pelo movimento de greve e diante disto o Prefeito deu uma ordem que se iniciasse outro  
94 processo que deverá ser publicado na próxima quinta-feira. **Marcos Ratto**, um dos coordenadores do  
95 Comando de Greve, coloca que o SINDSERV tem sempre atendido o pedido do Ministério Público  
96 para o trâmite de algumas questões, e se coloca a disposição da Diretora Executiva da A.M.S. para,  
97 caso necessário, abrir o prédio para o acesso à documentação necessária à solução do caso. **Sônia**  
98 **Anselmo** procede aos informes da Secretaria Administrativa do CMS justificando as ausências dos  
99 conselheiros Rubens Martins, Paulo Sergio Prado, Argéria Narciso, Mara Rossival e Fahd Haddad;  
100 confirma o recebimento de ofício do conselheiro Paulo Vicente solicitando que seja ponto de pauta a  
101 substituição dele nas comissões da Câmara Técnica e de Acompanhamento do Convênio entre a  
102 Autarquia Municipal de Saúde de Londrina e HU, porém como esta substituição cabe ao segmento de  
103 usuários o mesmo deverá se reunir e proceder as novas indicações. Informa ainda que o gestor indicou  
104 formalmente as representantes para a Câmara Técnica do CMS sendo a Diretora Executiva da A.M.S,  
105 Marlene Zucoli, como titular e a Diretora de Auditoria, Controle e Avaliação, Dra. Joelma Borian,  
106 como suplente; dá ciência de correspondência recebida do CISMEDPAR informando que Vanessa

107 Roseli Feleto representa nesta reunião o consórcio; recebido convite da psicóloga do CAPS III, Valéria  
 108 Barreiros, sobre a realização do IV Pré-Congresso de Saúde Mental e Direitos Humanos, a realizar-se  
 109 de 27 a 29 de setembro, na UEL. **Josemari Campos** informa que hoje é aniversário do SUS, pois a  
 110 Lei Federal nº 8.080, foi promulgada em 19 de setembro de 1.990, ou seja, há dezesseis anos, nesse  
 111 processo de consolidação do SUS o momento é de aprendizado sobre um termo de compromisso a ser  
 112 assinado até o final do ano que é o Pacto pela Saúde 2006, onde se pretende que cada município, cada  
 113 estado e a União se tornem cada vez mais parceiros na consolidação deste processo, tendo o  
 114 imprescindível apoio do controle social, sendo que esse processo será apoiado pela Secretaria de  
 115 Gestão Participativa do Ministério da Saúde que ajudará na construção do Pacto dentro do Conselho  
 116 Municipal de Saúde de Londrina; outro assunto é sobre a revisão dos protocolos clínicos e diretrizes  
 117 terapêuticas que está todo sistematizado faltando apenas a impressão, esses protocolos serão  
 118 distribuídos à classe médica para que se apropriem da informação; com relação aos projetos um de  
 119 reforma e outro de ampliação da UBS Eldorado, informa que conversou pessoalmente com o  
 120 engenheiro do Ministério da Saúde visando entender qual o trâmite necessário para agilização dos  
 121 projetos, este a informou que para o projeto de reforma houve uma alocação de recursos menor do que  
 122 previsto e portanto será necessária uma maior otimização do Projeto de Ampliação, o processo está  
 123 caminhando a contento e o resultado sairá em breve. **Marcos Ratto** informa que oficializará um  
 124 pedido de ponto de pauta sobre a reforma e ampliação da UBS Eldorado, onde chamará a comunidade  
 125 daquela área de abrangência para ouvir os esclarecimentos pertinentes. A seguir passa-se ao próximo  
 126 ponto de pauta, **item 3 – Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao mês de**  
 127 **julho de 2006. Ubirajara Zanette Mariani**, Diretor Financeiro da Autarquia Municipal de Saúde,  
 128 apresenta movimentação das contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de julho de 2006:  
 129 **RELAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS EM JULHO DE 2006. GESTÃO PLENA.**  
 130 Saldo Anterior- R\$2.468.414,35. RECEITAS - R\$7.464.747,68; Teto financeiro – R\$6.066.660,26;  
 131 Ações Estratégicas (extra-teto): Acomp. Pac. Saúde Mental 05/06 – R\$46.119,40; Acomp. Paciente  
 132 05/06 – R\$66.563,60; Acomp. Pós-transplante 05/06 – R\$34.704,25; Aids 04 e 05/06 – R\$6.585,00;  
 133 Angioplastia Endovascular 05/06 R\$54.263,55; Assist. Domiciliar 05/06 R\$3.015,30; Assist. Pré-  
 134 Naral 04/06 - R\$13.400,00; Câncer Colo Uterino 05/06 R\$3.779,05; Detecção Defic. Auditiva 05/06  
 135 – R\$209.210,39; Fisioterapia 05/06 – R\$1.977,68; Gastroplastia 05/06 R\$6.650,04; Humanização do  
 136 Parto 05/06 R\$ 3.910,00; Leucemia Mielóide 05/06 – R\$48.804,00; Neurocirurgia 05/06 –  
 137 R\$31.269,56; Prótese Dentária 05/06 – R\$7.260,00; Psicodiagnóstico 05/06 – R\$298,66; Queimados  
 138 05/06 – R\$ 209,93; Reabilitação 05/06 R\$164.339,97; Registro Civil e Nascto 04/06 – R\$70,00;  
 139 Terapia e Psicoterapia 05/06 – R\$6.017,83; Terapia Renal Substitutiva 05/06 – R\$647.068,03;  
 140 Transplantes 05/06 – R\$5.525,18; Tuberculose 05/06 – R\$1.205,40. Receita Patrimonial: rendimento  
 141 de aplicação em julho/06 – R\$35.644,60. Receitas Diversas: Devolução R\$196,00. DESPESAS:  
 142 Ações Estratégicas - R\$620.263,91; Campanhas - R\$456.267,02; Fatura Ambulatorial PJ  
 143 R\$2.824.750,64; Fatura Hospitalar AC/MC PJ R\$2.094.304,00; Fatura TRS – R\$723.298,05;  
 144 Contratualização – R\$ 403.284,65. Serviços do Município: Fat. Amb/Hosp A.M.S (MC/AC) -  
 145 R\$431.90,72; CAPS – R\$139.333,71; Comunidade Terapêutica – R\$21.762,15; Internação Domiciliar  
 146 – R\$101.147,66; T.F.D – Tratamento Fora do Município R\$14.116,24; Policlínica R\$82.815,08.  
 147 Despesas Administrativas: Secretaria Conselho Municipal de Saúde R\$641,00; Telefonia – R\$12,39.  
 148 Saldo Parcial. DÉBITO: R\$7.913.967,22. CRÉDITO: R\$7.464.747,68. SALDO: R\$1.742.657,91;  
 149 Transferências jul/06 R\$276.536,90. Saldo Final em 31/07/06 R\$1.742,657,91. MOVIMENTAÇÃO  
 150 FINANCEIRA DA CONTA PAB – MÊS DE JULHO/2006. Saldo Anterior – R\$1.142,122,98.  
 151 RECEITAS. Programas do MS R\$1.331.086,83. PAB Assist Farmacêutica Básica 06/06 1312  
 152 R\$64.258,43; PAB incentivo povos indígenas 04, 05 e 06/06 R\$23.550,00; PAB Agente Comunit.  
 153 Saúde 06/06 – 1319 R\$148.400,00; PAB Prog. Saúde da Família 06/06 1339 R\$531.900,00; PAB  
 154 Saúde Bucal 06/06 1339 – R\$23.800,00; PAB Teto Fixo 06/06 – 1302 R\$529.005,75; PAB Vigilância  
 155 Sanitária 06/06 1343 – R\$10.172,65. Patrimonial: Rendimento de aplicação em JULHO/06 –  
 156 R\$9.207,74. DESPESAS: Manutenção de Programas: R\$938.878,58. Apoio à População Indígena  
 157 R\$25.031,57; Farmácia Básica R\$56.712,67; Saúde da Família/Ag. Comunitários R\$857.134,34.  
 158 SALDO PARCIAL: DÉBITO: R\$938.878,58. RECEITA: R\$1.340.294,57. SALDO R\$1.543.537,97.  
 159 Transferências JUL/06: R\$539.178,40. SALDO FINAL em 31/07/2006: R\$1.004.360,57.

160 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTA EPIDEMIOLÓGICA – MÊS DE JULHO/06: Saldo  
161 anterior – R\$37.242,94. **RECEITAS:** Ministério da Saúde – R\$117.747,20; Campanha vacinação  
162 05/06 – R\$259,55; Inc. hosp referência epidemio hospit 06/06 – R\$5.000,00; PAB TFVS 06/06 e  
163 adicional R\$112.487,65. **PATRIMONIAL:** Rendimento de aplicação em JUL/2006 – R\$496,67.  
164 **DESPESAS:** Diversas despesas com fundo epidemiológico - R\$151.171,03; Transferências – R\$9,60.  
165 Posição em 31/07/06: DÉBITO: R\$151.180,63. CRÉDITO: R\$118.243,87. SALDO: R\$4.306,18.  
166 **Marcos Ratto** pergunta no que pode ser usado o recurso vindo para a Saúde do Trabalhador.  
167 **Ubirajara Zanetti** explica que a Saúde do Trabalhador possui um Conselho Gestor que delibera sobre  
168 tudo o que é gasto, dentro da previsão de consumo do CRST está a compra de equipamentos, despesas  
169 com viagens, treinamentos e coffee break. **Marcos Ratto** pergunta se o Conselho Gestor aprovou que  
170 as despesas de viagem da Dra. Josemari Campos para o Congresso da Rede Unida fossem custeadas  
171 pela Saúde do Trabalhador. **Josemari Campos** fala que foi convidada para participar do Congresso da  
172 Rede Unida com o intuito de também viabilizar a participação de duas estudantes acadêmicas da UEL  
173 que iriam apresentar um trabalho no congresso e havia um interesse muito grande da própria  
174 Universidade na participação destas, esse assunto foi pauta na CIST (Comissão Intersetorial de Saúde  
175 do Trabalhador) que aprovou a viagem; esclarece que quando esse assunto foi debatido não havia a  
176 cogitação de seu nome para ser Secretária de Saúde. **Marcos Ratto** pergunta por que a Farmácia Santa  
177 Branca aparece em todas as prestações de contas. **Ubirajara Zanetti** esclarece que esta farmácia  
178 venceu uma licitação, com um ano de vigência, estando portanto em diversas fontes. **Natal de**  
179 **Oliveira** pergunta se o prêmio de R\$524.000,00 (quinhentos e vinte e quatro mil reais) entra na  
180 prestação de contas. **Ubirajara Zanetti** explica que haverá uma visita da Auditoria para tratar desse  
181 assunto, pois o recurso precisa ser primeiro planejado através de um plano de trabalho e depois de  
182 aprovado é creditado. Não havendo mais questionamentos é colocada em apreciação a **Prestação de**  
183 **Contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao mês de julho de 2006, que foi APROVADA**  
184 **por 18 votos favoráveis e 01 abstenção,** do conselheiro Marcos Ratto. A seguir passa-se para o item  
185 de pauta 4 – **Análise da Assistência à Saúde em Decorrência do Movimento de Greve dos**  
186 **Servidores Municipais.** **Josemari Campos** fala que se o movimento de greve foi avaliado pelo cartão  
187 ponto, há 37% de servidores em greve na saúde, que corresponde a 750 servidores, sendo que a maior  
188 parte em greve estão lotadas nas Unidades Básicas de Saúde, os serviços administrativos e de  
189 urgência/emergência estão funcionando normalmente; as Unidades Básicas de Saúde, estão sendo  
190 abertas de maneira parcial, porém a Secretaria tem segurança que a equipe conseguirá otimizar seus  
191 recursos humanos de maneira a obter resolutividade no atendimento; esclarece que a Secretaria de  
192 Saúde está tentando gestionar da melhor forma possível diante da diversidade da greve. Informa que  
193 hoje estavam abertas 29 Unidades de Saúde, sendo 12 na região rural e 17 na região urbana,  
194 contemplando as Unidades de Saúde de 16 e 24 horas e outras Unidades que estão trabalhando seis  
195 horas diárias, das 7h00 às 13h00. Fala que tanto a urgência/emergência quanto às ações curativas estão  
196 se mantendo, o grande prejuízo é quanto às ações de prevenção tanto primária, exemplo vacinação,  
197 como secundária, exemplo quando os problemas de saúde já existem e são implementadas estratégias  
198 para minimizar as complicações, como é o caso da hipertensão; fala que a Secretaria de Saúde orientou  
199 que os Agentes Comunitários de Saúde juntamente com a Coordenadora da UBS, façam a distribuição  
200 de medicação para todos os pacientes que já estão cadastrados no sistema e que tenha a condição de  
201 prevenir os problemas mesmo que a UBS esteja fechada, essa estratégia foi traçada antes da greve  
202 visando não desassistir essa clientela; entretanto existem algumas pessoas que tem mais dificuldade de  
203 acesso ou se ausentaram de suas casas quando os ACS foram levar a medicação, as reclamações  
204 começaram a surgir e na medida em que é sabido do caso é comunicado a Coordenadora que tenta  
205 localizar o paciente com o intuito de saber qual a sua necessidade. Coloca que uma das preocupações  
206 da Secretaria de Saúde é com o pré-natal que indubitavelmente teve um prejuízo desde então, por dois  
207 motivos tanto pela questão das Unidades de Saúde que estão abertas estarem assumindo, no pouco  
208 espaço de tempo, gestantes de outras UBS, o que está sendo feito é otimizar o atendimento de  
209 enfermagem nas ações de pré-natal e os médicos têm ajudado na questão das gestações de maior risco;  
210 quanto aos exames laboratoriais, esses voltaram a serem feitos. Coloca que a sua preocupação,  
211 enquanto médica sanitária, com relação ao movimento de greve é o que pode vir no decorrer dos  
212 próximos meses nos indicadores de saúde, podendo haver retrocesso, ou seja uma piora nos

213 indicadores. **Marcos Ratto** esclarece que nenhum servidor gostaria de estar em greve, porém a falta de  
214 reposição salarial e a intransigência da administração municipal impeliu o SINDSERV à greve;  
215 confrontando os números apresentados pela Secretaria de Saúde informa que há 29 Unidades de Saúde  
216 fechadas durante período integral, 21 Unidades de Saúde abertas, funcionando parcialmente e tendo  
217 pouquíssimos servidores atendendo e vários funcionários terceirizados e 04 Unidades de Saúde  
218 abertas. Remetendo-se a fala da conselheira Marlene Zucoli nos informes quanto ao piquete, esclarece  
219 que o piquete não tem proibido a entrada no prédio da Prefeitura ou do almoxarifado, desde que  
220 informado que as ações visam atender aos usuários do SUS. Cita um incidente ocorrido na sexta-feira  
221 próxima passada onde a Professora Creuza Battara, de 60 anos, que trabalha no CAIC da Zona Oeste  
222 como coordenadora de oficinas pedagógicas, foi agredida pelo segurança do Prefeito e teve o seu dedo  
223 quebrado. Informa que amanhã haverá nova assembléia dos servidores municipais e antecedendo esta  
224 assembléia foi feito um trabalho maciço em todos os locais onde os servidores ainda não aderiram a  
225 greve convocando para a assembléia, reforça que o SINDSERV não aceita a forma de tratamento dada  
226 pela administração aos servidores municipais; concluindo fala que anteriormente a greve dos  
227 servidores municipais já se detectava a falta de medicamentos, os buracos na cidade e também a falta  
228 de consulta de especialidades. **Paulo Tavares** fala que o quê está sendo ofertado pelo Município na  
229 área de atenção básica não é o suficiente para satisfazer as necessidades da população, diz da sua  
230 preocupação quanto a duração da greve que já está no seu quadragésimo segundo dia e que  
231 futuramente chegará a uma situação crítica. O Ministério Público já começou a receber mais denúncias  
232 de falta de assistência, denúncias de que com o fechamento de várias Unidades de Saúde a população  
233 está encontrando várias dificuldades, principalmente com relação ao recebimento dos medicamentos  
234 de uso contínuo, hoje recebeu líderes comunitários de Jardim Eldorado e adjacências que relataram  
235 que a Unidade de Saúde mais próxima daquela Unidade é a UBS Ouro Branco que para chegar até lá é  
236 preciso andar até dez quilômetros, sendo que muitos não tem condições de pagar a passagem de  
237 ônibus. Portanto a preocupação do Ministério Público é muito grande, as denúncias recebidas estão  
238 sendo repassadas à Secretaria de Saúde e esses problemas são razoavelmente resolvidos, porém o que  
239 percebe é que a demanda está aumentando e não sabe se a Secretaria de Saúde terá condições no plano  
240 administrativo de resolver-las questões; fala ao CMS que o Ministério Público utilizará de todos os  
241 recursos legais no sentido de garantir assegurar a população o que ela tem direito que é a assistência  
242 médica na rede de atenção básica que deve ser ofertada pelo Município. Pergunta qual o trabalho  
243 desenvolvido pela Comissão de Negociação do CMS constituída na última reunião. **Natal de Oliveira**,  
244 componente da Comissão, relata que no dia posterior a última reunião do CMS a Comissão de  
245 Negociação se reuniu na Câmara Municipal de Londrina onde conversou com diversos vereadores  
246 visando que estes intermediassem uma audiência com o Prefeito, paralelo a isto foi feito um ofício  
247 assinado por todos os membros da Comissão solicitando a audiência e o conselheiro Paulo Sérgio  
248 tentou, sem sucesso, entregar o mesmo; informa que até a presente data não houve aceno por parte da  
249 administração municipal em receber a Comissão de Negociação do CMS. **Paulo Roberto**,  
250 componente da Comissão, complementa dizendo que o ofício feito pela comissão foi entregue a  
251 administração, porém não foi possível fazer um protocolo de entrega deste. Pergunta a Secretária de  
252 Saúde como está o atendimento do PAI/PAM, hospitais da Zona Norte e Zona Sul; pergunta também  
253 se os médicos que trabalham nas Unidades de Saúde que foram fechadas podem ser remanejados para  
254 o PAI/PAM para agilizar o atendimento. **Rosalina Batista** informa que na área de abrangência da  
255 UBS Itapoã há cerca de 100 gestantes e no começo da greve foram levadas 18 gestantes para a UBS  
256 Ouro Branco e dessas 4 foram encaminhadas para o HU com pressão alta, diante dessa situação  
257 procurou o Ministério Público para garantir o atendimento dessas gestantes; informa também que o  
258 Conselho Local de Saúde em parceria com a coordenação da UBS levou a ginecologista na Biblioteca  
259 Virtual para fazer o atendimento de 22 gestantes; sugere que se tire como encaminhamento que a  
260 sociedade junto com a justiça institua um intermediador visando o fim da greve, pois a população está  
261 ficando desassistida em diversas ações, por isso há a necessidade do Conselho Municipal de Saúde se  
262 posicionar. **Creuza Battara de Araújo**, professora e coordenadora das oficinas do CAIC da Zona  
263 Oeste, informa que trabalha há 18 anos na rede municipal e que na última sexta-feira tentou falar com  
264 o Prefeito por conhecê-lo a muito tempo e ter vínculos de amizade com ele, porém quando tentou  
265 abordá-lo foi retida por um segurança que pegou seu dedo com brutalidade quebrando-o, o Prefeito

266 entrou no carro e foi embora e o segurança foi para o estacionamento do hotel pegar o outro carro, fala  
267 que foi atrás deste senhor querendo saber o seu nome e mostrar o dano causado, sendo informada por  
268 ele que estava fazendo o seu serviço. **Bett Claidh** fala que a Secretária de Saúde tem papel  
269 fundamental nesta greve, cabe a ela conversar com o Prefeito e mostrar o ônus que a longa duração  
270 desta greve trará a população; diz também que já encontrou diversos casos de pacientes que não  
271 conseguem a receita do medicamento controlado e tem ficado sem essa medicação. **Euclides**  
272 **Lunardelli** coloca sua preocupação quanto a disposição do Prefeito em se recusar a receber a  
273 Comissão de Negociação do CMS, uma comissão instituída, que tem lugar na democracia, fala que  
274 deve haver mecanismo legal onde o Prefeito não pode se colocar acima de instituições como a Justiça  
275 e os próprios conselhos e essa recusa é um desrespeito as instituições e a população, independente de  
276 qual lado esteja certo. Mediante isto propõe que seja feita uma moção para a Câmara Municipal  
277 pedindo o afastamento do Prefeito, que essa moção seja divulgada aos outros conselhos, para que a  
278 Câmara e os outros conselhos se posicione em relação ao pedido de afastamento do Prefeito, pois este  
279 está inábil para receber e respeitar as instituições que ele mesmo defendeu. **Marcos Ratto** fala que  
280 esta discussão foi muito frutífera e que o SINDSERV está indo em todas as regiões de Londrina,  
281 conversando com o usuário, esclarecendo sua posição e mostrando documentos oficiais que embasam  
282 a fala do sindicato. Concorda com a proposta do conselheiro Euclides, porém acha que ao invés de  
283 moção o que deve ser feito é uma resolução e esclarece que hoje o pleito do sindicato é pelo diálogo e  
284 pela negociação, pois o sindicato quer confrontar os números e buscar uma solução. **Josemari**  
285 **Campos** respondendo a questionamentos anteriores fala ao conselheiro Paulo Roberto que com  
286 relação ao atendimento PAM/PAI é percebido que há picos de procura por atendimentos de forma  
287 intensa, mas o atendimento tem se mantido normal via de regra; com relação aos hospitais Zona Norte  
288 e Zona Sul informa que há cerca de um mês foi implantada uma auditoria operativa visando detectar se  
289 a utilização de leitos estava sendo feita da forma correta, esta profissional diariamente percorre todos  
290 os hospitais checando como está o internamento SUS, e até o momento não foi detectado nenhum  
291 problema nessa área pois a utilização está bastante adequada; parabeniza a conselheira Rosalina  
292 Batista pela atuação no Conselho Local de Saúde, pois quando o controle social é atuante os  
293 problemas acabam se resolvendo mais rápido; lastima o ocorrido com a Prof<sup>a</sup> Creuza; respondendo a  
294 conselheira Bett se compromete em verificar como está sendo feita a dinâmica quanto aos  
295 medicamentos especiais; coloca em apreciação a proposta do conselheiro Euclides sobre a elaboração  
296 de moção para Câmara de Vereadores e demais conselhos solicitando o afastamento do Prefeito. **Paulo**  
297 **Roberto** coloca sua preocupação de deliberar em cima de uma proposta deste peso sem antes consultar  
298 a entidade que representa, fala que é a favor que o CMS exija que o Prefeito atenda a Comissão de  
299 Negociação do CMS. **Marcos Ratto** pede questão de ordem e solicita ao Promotor Paulo Tavares que  
300 contribua quanto ao encaminhamento a ser dado pelo CMS. **Paulo Tavares** explica que o CMS tem  
301 que consultar seu regimento interno para saber quais são os atos inerentes do conselho, pois quando  
302 este quer se manifestar e tornar público o seu entendimento, que isto é feito por ato previsto no  
303 regimento interno. Relembra que na reunião passada fez duas propostas, uma foi a criação da comissão  
304 e a segunda foi que o CMS se manifestasse publicamente no sentido de que as partes envolvidas,  
305 SINDSERV e Prefeitura, pudessem manter um diálogo em função das conseqüências negativas para a  
306 população por conta desta paralisação, sem querer entrar muito nesta questão, pois tem que respeitar e  
307 não pode interferir nesta decisão, sugere, na esteira da proposta do conselheiro Euclides, que seja  
308 votado um posicionamento de repúdio a esta negativa do Prefeito em receber esta Comissão, isso é  
309 perfeitamente possível por parte do CMS, avançando um pouco mais, com relação a Câmara de  
310 Vereadores, se isto pode provocar o afastamento do Prefeito é uma situação que não pode responder,  
311 porque é necessária uma análise mais aprofundada sobre o assunto. **Sônia Anselmo** lê os objetivos do  
312 CMS estabelecidos pela Lei nº 4.911, de dezembro de 1991. **Euclides Lunardelli** fala que para a sua  
313 proposta não cabe resolução, pois não é de competência do CMS pedir o afastamento do prefeito, o  
314 objetivo de sua proposta é denunciar o desrespeito a população e ao CMS e sugerir a quem tem  
315 competência para isso o afastamento por inabilidade de gerir e respeitar as instituições aqui postas.  
316 **Wânia Gutierrez** coloca a sua preocupação enquanto gestor estadual que tem acompanhado o  
317 município durante esta greve; o trabalho junto aos hospitais da Zona Sul e Zona Norte de estruturação  
318 apesar da reforma, foi para que a população não tivesse prejuízo, porém face a esta discussão enquanto

319 diretora da 17ª Regional de Saúde, não se sente a vontade para se posicionar em antes pedir uma  
320 orientação a Secretaria Estadual de Saúde sobre esta decisão, acredita que o SINDSERV tem o canal  
321 da Justiça para resolver este conflito do Sindicato com a Administração Municipal, esclarece que o  
322 CMS tem como competência deliberar sobre as questões de saúde e de aplicação financeira SUS. **Joel**  
323 **Tadeu** diz que sua questão de esclarecimento é que Conselho tem poder para fazer resoluções e a  
324 questão política de pedir o afastamento do prefeito é um outro momento e esclarece que se a Dra.  
325 Wania e o Paulo Roberto não podem deliberar por não terem debatido o assunto com suas entidades o  
326 pleno pode. Diz ainda que não está defendendo a proposta até porque o conselheiro Euclides já  
327 declinou da mesma, diz ainda que gostaria de resgatar algumas propostas sobre recursos humanos,  
328 reposição salarial aprovadas na 9ª Conferência Municipal de Saúde de Londrina e se posiciona  
329 favorável a um documento em que conste que o Conselho não está satisfeito com o que vem  
330 ocorrendo, pois qualidade nos serviços se faz com o trabalhador e se ele não está satisfeito não produz  
331 qualidade e este assunto é que tem que ser debatido no Conselho. **Marcos Ratto** diz que se sente  
332 contemplado na fala dos conselheiros Joel e Euclides, mais gostaria de se manifestar quanto a fala da  
333 conselheira Wania, representante do gestor estadual que disse que algumas medidas devem ser via  
334 justiça e entende que é nisso que esse governo aposta e gostaria de solicitar em nome dos sete mil  
335 servidores uma posição firme do Conselho apoiando a proposta do conselheiro Euclides. **Dra.**  
336 **Josemari** com a palavra pede que o conselheiro Euclides redija sua proposta antes de colocar para  
337 apreciação dos conselheiros. A Presidente do Conselho, Dra. Josemari precisa se ausentar da sala e  
338 passa a coordenação da reunião para sua suplente, conselheira Marlene Zucoli. **Marlene Zucoli**  
339 sugere que o conselheiro Euclides coloque verbalmente sua proposta para ser votada e pergunta qual é  
340 a proposta de redação do conselheiro. **Euclides Lunardelli** pede ajuda para a elaboração da redação  
341 ao Promotor Paulo Tavares. É justificada a ausência do Promotor na plenária, pois este está  
342 concedendo uma entrevista a uma emissora televisiva. **Ana Paula Cantelmo** sugere uma proposta de  
343 redação, falando que uma vez que a Comissão de Negociação já encaminhou um ofício ao Prefeito, o  
344 conveniente seria a Comissão reiterar este ofício. A comissão reiteraria a necessidade de fazer este  
345 contato ou intermediação e dentro deste ofício colocaria o seu descontentamento enquanto  
346 representantes do Conselho Municipal de Saúde por não estarem sendo atendidos no seu pleito. Ou  
347 seja, reiterar essa solicitação e mencionar o descontentamento e a interpretação de desrespeito frente a  
348 essa recusa de receber a comissão. **Euclides Lunardelli** referenda a proposta da conselheira Ana  
349 Paula. **Marlene Zucoli** pergunta aos conselheiros se concordam com a proposta apresentada. É  
350 perguntado se há quorum para votação da proposta. Constatado quorum, **Marlene Zucoli** informa a  
351 plenária e pergunta novamente aos conselheiros se concordam com a proposta de redação, sendo  
352 APROVADA por todos. **Marlene** pergunta se a Comissão de Negociação encaminhará esta proposta.  
353 **Marcos Ratto** pergunta se este documento também será encaminhado ao Poder Legislativo. Sendo  
354 estabelecido que a Comissão Negociação fará os encaminhamentos pertinentes. **Paulo Roberto**,  
355 membro da Comissão de Negociação, se compromete de fazer chegar até ao vice-prefeito este  
356 documento. Finalizada a discussão Sônia Anselmo informa a retirada de pauta do ponto 5 sobre a Lei  
357 “Maria da Penha Maia”, pois os representantes da Secretaria Municipal da Mulher tiveram que se  
358 retirar. É passado para o próximo ponto de pauta. **Item 6 – Autonomia da Autarquia Municipal de**  
359 **Saúde frente a Centralização do Processo de Compras – Dra. Josemari de Arruda Campos** com  
360 a palavra diz que para quem está de fora do processo pode parecer que a Prefeitura irá realizar todos os  
361 procedimentos de compras e que a Secretária estará alheia a esse processo. Diz que a centralização do  
362 processo de compras tem o compromisso da Administração e do Prefeito que de forma alguma esta  
363 centralização irá atrapalhar a aquisição de insumos que se fazem necessário, pelo contrário o objetivo  
364 é agilizar o processo tendo em vista que serão 40 (quarenta) pregoeiros e com a responsabilidade total,  
365 incluindo todo o detalhamento sobre os processos de compra de uma forma que nunca aconteceu. Este  
366 processo teve início no dia 01 de agosto deste ano. Dra. Josemari esclarece que além dos  
367 procedimentos normais de compras os processos emergenciais de licitação seriam viabilizados por  
368 todos os pregoeiros de forma solidária. Fala que é um processo recente e que após recebidas as  
369 solicitações de compras a Secretaria faz uma checagem e encaminha para a Secretaria de Gestão  
370 Pública para que seja dado início ao processo licitatório. Esclarece que até agora não houve nenhum  
371 prejuízo devido a centralização e que os recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde não

372 passaram para gerenciamento da Prefeitura, permanecem na Autarquia Municipal de Saúde, tendo  
373 inclusive o diretor financeiro Ubirajara participado com mais dois técnicos de evento do Ministério da  
374 Saúde ocorrido em Curitiba no mês de agosto, específico sobre financiamento de ações, compras, e  
375 outros, onde eles foram informados muito claramente que de forma alguma a Autarquia pode perder a  
376 autonomia de gerenciar os recursos financeiros SUS, portanto o dinheiro está na conta e a única  
377 mudança foi quanto a centralização do processo de licitações. **Paulo Roberto** pergunta a Dra.  
378 Josemari sobre o que há de positivo e negativo nesse processo de mudança. **Rosalina Batista** diz que  
379 quando encaminhou a solicitação de ponto de pauta foi pensado que a descentralização de todo esse  
380 processo inclusive dos recursos da saúde foi conquista das conferências, e que hoje centralizar os  
381 recursos e os processos licitatórios traz uma grande preocupação, entende que baseado na Lei 4.911  
382 que instituiu o CMS, os conselheiros devem zelar para que esses procedimentos sejam feitos com  
383 eficiência e rapidez. Portanto as medidas adotadas devem ser acompanhadas e se não forem  
384 satisfatória deve-se retornar ao que era antes. **Joel Tadeu Correa** fazendo uso da palavra diz que a  
385 preocupação da conselheira Rosalina da agilidade dos processos licitatórios é dele também. **Dra.**  
386 **Josemari**, respondendo a conselheira Rosalina volta a explicar que os recursos SUS permanecem no  
387 Fundo Municipal de Saúde com gerenciamento da Autarquia, com relação a agilização do processo de  
388 licitação até agora não houve nenhum problema e que tudo está sendo acompanhado de perto de  
389 Autarquia. Esclarece ainda que já havia sido detectado na saúde a necessidade de mais pregoeiros para  
390 agilidade dos processos, portanto a centralização deverá ser para maior resolutividade. **Ana Paula**  
391 **Cantelmo** faz encaminhamento dizendo que a preocupação dos conselheiros é que o serviço de saúde  
392 seja o mais rapidamente suprido e que a Dra. Josemari é a pessoa mais interessada na positividade do  
393 processo, portanto sugere que a Secretaria mantenha o Conselho informado se o serviço não está sendo  
394 prejudicado pela centralização das compras periodicamente para que se possa fazer avaliação da  
395 positividade do processo. **Rosalina Batista** diz que como conselheira não está tranqüila e nem se sente  
396 esclarecida. Entende que para poder avaliar o processo de centralização o Conselho deverá receber  
397 informações constantes de qual é a economia e quais são os benefícios para a cidade. **Marcos Ratto**  
398 faz encaminhamento dizendo que baseado nas informações da Secretária e Presidente do Conselho  
399 Dra. Josemari que tudo está sendo realizado sem prejuízo para a população usuária, o que acredita ser  
400 verdade, qualquer informação em contrário deverá ser encaminhada ao Ministério Público que tomará  
401 as providências cabíveis. **Dra. Josemari** retomando a palavra diz que esse ponto de pauta está  
402 encaminhado e passa para o item 7 da pauta: **Avaliação do Convênio SAMU/CIAP**. **Ubirajara**  
403 **Zanette Mariani**, faz breve resgate do processo de implantação do SAMU, da contratação de  
404 recursos humanos para seu funcionamento apresentado ao CMS em novembro de 2003, trazendo o  
405 número de profissionais necessários, sua forma de contratação através de OSCIP, sendo aprovada a  
406 implantação e contratação da forma apresentada. A contratação através de OSCIP não necessita de  
407 processo de licitação. É estabelecido um convenio, justificando o porque da empresa ser contratada,  
408 mostra o interesse público e todas as condições que a Lei exige. Na época por exigência do Prefeito foi  
409 aberto um processo de licitação para apresentação de projetos. Duas empresas concorreram e a que  
410 ganhou por dois anos foi o CIAP. Vencido esse prazo houve problema na renovação, pois no edital do  
411 chamamento do concurso de projetos foi colocado que seria por dois anos não estabelecendo critérios  
412 de renovação, segundo a Lei das OSCIPs poderia ser por cinco ou dez anos. A Secretaria optou por  
413 dois anos para ser possível uma avaliação da parceria. Para que pudesse ser renovado houve parecer da  
414 Procuradoria Jurídica do município para contrato emergencial por seis meses para que a seguir se  
415 pudesse publicar novo edital de licitação. **Joel Tadeu** solicita esclarecimento ao conselheiro Deid  
416 Francisco do porque ele ter assinado o parecer favorável ao contrato emergencial por seis meses com  
417 o CIAP e como conselheiro fiscal no CISMENPAR representando o CMS solicita informação sobre o  
418 acordo trabalhista entre CISMENPAR e Sinsaúde. **Deid** informa ao conselheiro Joel que o acordo  
419 trabalhista com o CISMENPAR foi aprovado em assembléia constituída e deliberativa e na qualidade  
420 de vice presidente do Sindicato assinou o acordo que foi de 5% (cinco por cento) de reajuste. No caso  
421 da parceria SAMU/CIAP estava sendo avaliado o Termo de Parceria quando foi chamado para assinar  
422 o contrato emergencial pois o salário dos trabalhadores estava retido e ele não poderia deixar de  
423 defender os direitos dos trabalhadores. Após foram realizadas várias reuniões sobre o tema, reunião  
424 com a Autarquia, com funcionários e com o CIAP. O resultado é que o serviço prestado a população

usuária é satisfatório pois os profissionais contratados pelo CIAP são altamente capacitados. Avaliou-se a situação irregular do CIAP na contratação dos trabalhadores. Diz que o SAMU tem legislação nacional própria quanto a carga horária e o CIAP não a está respeitando. Diz ainda que o edital de convocação para contratação não está de acordo com a legislação vigente. Diz que se o CIAP mostrar um novo projeto onde as correções necessárias forem feitas é favorável a renovação do convênio, em não sendo corrigidas as distorções deve-se abrir novo processo licitatório. **Marlene Zucoli** fala que a situação colocada pelo conselheiro Deid quanto as dúvidas em relação a questão trabalhista passam por três pontos, o primeiro de ser publicado em jornal o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) o salário e que na hora do contrato o valor era de R\$423,00, (quatrocentos e vinte e três reais), mais insalubridade, mais adicionais que totalizavam o valor de R\$500,00 (quinhentos reais), essa questão foi analisada pela Procuradoria Jurídica da PML que disse que esta pendência deve ser resolvida na Justiça Trabalhista ou através de entendimentos com o Sindicato e o CIAP. Com relação a correção de carga horária e horas extras, a Secretaria de Saúde teve várias reuniões com o CIAP e ficou decidido que para os meses correntes será feita a correção; outra questão é a incidência de que mudou o valor do salário mínimo e não foi mudada a rubrica e este cálculo está sendo feito, pois trata-se de um repasse a mais que a Secretaria de Saúde terá que fazer. As questões trabalhistas estão sendo resolvidas à exceção do contrato se fica no valor da carteira ou no valor do edital que fica pendente pois como já foi dito anteriormente é questão a ser resolvida pela Justiça do Trabalho ou negociação com o CIAP. Um outro detalhe é que não foi previsto na parceria com o CIAP reposição de pessoal para o horário de almoço, férias e agora terá que haver essa previsão. Marlene informa ainda que a parceria com o CIAP vence dia 30 de novembro de 2006, portanto o CIAP teria que demitir os funcionários dia 01 de novembro de 2006, existe portanto pela Secretaria de Saúde um procedimento administrativo a ser feito, se a parceria será renovada ou se será aberto novo processo de licitação. Para os trabalhadores que já trabalham no SAMU nova licitação não é interessante, pois pode ser outra empresa vencedora e eles teriam que ser demitidos essa é a preocupação de todos. O SAMU só pode funcionar através de uma parceria, pois nesse momento não existe a possibilidade de concurso público, portanto o Conselho deve se posicionar sobre a continuidade dessa parceria com a correções necessárias. **Ubirajara** de posse da palavra diz que a Secretaria trabalha em consonância com o Tribunal de Contas não só na questão do CIAP/SAMU mas também nos outros serviços terceirizados, e que a Medida Provisória que veio após a Emenda 51 regulamentou a contratação de Agentes de Endemias e Agentes Comunitários e o município estabeleceu através de um decreto uma comissão que está estudando o que poderá ser feito para que sejam transformados em cargos públicos as contratações desses agentes. A proposta do Tribunal de Contas e o Ministério Público Federal é que se faça Emprego Público. Com a criação de Emprego Público se esbarra no problema em que o contratado é seletista e pode ser demitido a qualquer momento só que pela Constituição e já sumulado na Justiça Trabalhista que este contratado com três anos adquire estabilidade. Esclarece ainda que os seletistas da administração indireta, de sociedade de economia mista ou empresa privada não tem estabilidade de emprego, porém o seletista contratado para a administração direta adquire estabilidade em três anos. Diz ainda que como são programas criados pelo Governo Federal e que podem acabar a qualquer momento, portanto você cria o emprego público e quando muda o governo acaba o programa. Fica a dúvida do que o município faria com os servidores que já teriam estabilidade sendo que o Ministério não repassaria mais recursos. Essa é uma preocupação a nível nacional. O Município está dialogando com o Ministério Público Federal, local, com o Ministério Público do Trabalho e com o Tribunal de Contas. Rescentemente foi publicado um acórdão de que algumas renovações são possíveis, mudando portanto o entendimento de um ano atrás. Existe a preocupação da administração na continuidade desses contratos pois não se pode desassistir a população, sendo esse também o pensamento do Tribunal de Contas, mais tem que haver um estudo para transformar essas contratações em emprego público. Cita também que o Tribunal de Contas em recente visita à Londrina elogiou os contratos com o CIAP por ter havido licitação o que não viram em nenhum outro município. **Ana Paula Cantelmo Luz** com a palavra diz que todo empregado contratado está garantido através do acordo ou convenção coletiva de trabalho e está submetido a algumas regras e se o Termo de Parceria não contemplou as garantias abrangidas na convenção e no acordo, justifica uma adequação do Termo de Parceria para que se garanta os direitos trabalhistas desses contratados.

478 Entende que o Tribunal de Contas reconheceria um aditivo de valores devidamente embasado. **Ibson**  
479 **da Silva** diz que com relação ao SAMU seria importante não ter paralisado o atendimento a população  
480 e para isso deve ser levado a exaustão a negociação seja pela renovação da parceria ou por nova  
481 licitação. **Dr. Paulo Tavares** fazendo uso da palavra diz que o relato feito pelo Deid é muito  
482 preocupante e pergunta ao diretor financeiro Ubirajara Mariani se ele tem conhecimento de alguma  
483 ação trabalhista contra o CIAP ou a Prefeitura de Londrina, ao que Ubirajara responde que não. Dr.  
484 Paulo diz que a Prefeitura tem que analisar a renovação da parceria com muita seriedade, pois nessa  
485 área de terceirização o contratante também tem sido acionado perante a Justiça do Trabalho, diz da  
486 importância do Conselho Municipal de Saúde se posicionar sendo conhecedor que na medida em que o  
487 CIAP desrespeitar os direitos trabalhista a Prefeitura de Londrina pode ser chamada a Justiça do  
488 Trabalho para indenização aos trabalhadores, e que se o CIAP não cumprir as exigências da Lei  
489 Trabalhista não deve ter o Termo de Parceria renovado. **Ubirajara Mariani** responde que quanto as  
490 obrigações trabalhistas, a equipe da Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável por obter do CIAP as  
491 informações de todos os pagamentos dos encargos trabalhistas, as distorções que haviam como já foi  
492 dito foram corrigidas em negociação recente, à exceção do edital. **Deid Francisco** diz que abriu um  
493 canal de negociação através do Ministério Público do Trabalho, e o Conselho tem que gerar garantia  
494 que se cumpra a Lei. Diz ainda que o trabalhador do SAMU não tem medo de perder o seu emprego  
495 no caso do CIAP não vencer nova licitação, pois são qualificados e passariam no teste de outra  
496 empresa e seriam contratados. Não existe ainda uma ação trabalhista, pois antes serão negociadas  
497 todas as possibilidades possíveis de cumprimento da legislação trabalhista. Mais uma vez se posiciona  
498 favorável a renovação desde que corrigidas as distorções apresentadas. **Marlene** diz que o  
499 entendimento da Procuradoria Jurídica do município é que a Lei não vincula o edital ao contrato de  
500 trabalho, porque não é edital de convocação e sim uma divulgação portanto neste item a Secretaria  
501 Municipal de Saúde não pode exigir do CIAP a correção, pois juridicamente não está estabelecida  
502 como legal e todas as outras distorções já foram corrigidas, sendo que algumas fazem parte do projeto.  
503 **Marlene Zucoli** solicita o posicionamento do Conselho quanto a renovação da parceria ou a abertura  
504 de novo edital. **Angélica de Souza** diz que o que está em pauta não é a renovação da parceria e sim  
505 uma avaliação, sugere que esta deliberação seja pauta da próxima reunião do Conselho com toda  
506 documentação apresentada, não havendo ninguém em contrário **fica aprovado como ponto de pauta**  
507 **para a próxima reunião ordinária do CMS a Renovação do Termo de Parceria SAMU/CIAP ou**  
508 **Abertura de Novo Edital de Licitação.** Passa-se a seguir ao item 8 da pauta: **Apresentação e**  
509 **Aprovação do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica.** **Fabiana Daher**, farmacêutica da  
510 Secretaria Municipal de Saúde, apresenta aos conselheiros as informações técnicas que norteiam o  
511 Plano como a Portaria nº 2084/GM de 28 de outubro de 2005, que estabelece mecanismos e  
512 responsabilidades para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, a deliberação  
513 nº 089/2006 da Comissão Intergestora Bipartite, em 14/07/2006, que aprova prazo até 14 de setembro  
514 de 2006 para envio dos Planos Municipais à Secretaria do Estado e o ofício circular 049/2006, da  
515 Secretaria de Estado da Saúde convocando para reunião de trabalho em 22 de agosto de 2006 e propõe  
516 modelo para o plano. Apresenta a seguir como foi estruturado o Plano, inicialmente na introdução foi  
517 apresentado um histórico da implantação da assistência farmacêutica no município, informando que o  
518 plano representa o primeiro passo na consolidação de política responsável de acesso da população aos  
519 medicamentos; posteriormente foi feita apresentada a caracterização do município e o perfil  
520 epidemiológico. No plano há um item descrevendo a Assistência Farmacêutica, onde há um  
521 detalhamento das ações da Comissão de Farmácia e Terapia que foi instituída em 2001, composta de  
522 equipe multidisciplinar, que tem como objetivo assessorar a equipe gestora, formular e implementar  
523 políticas relacionadas a seleção, prescrição, dispensação e uso racional dos medicamentos, suas  
524 reuniões são quinzenais ou conforme a necessidade. Apresenta também o ciclo da Assistência  
525 Farmacêutica que compreende da seleção de medicamentos baseada na RENAME, evidências clínicas,  
526 diretrizes terapêuticas, eficácia, segurança, resolutividade, população alvo, perfil de prescrição dos  
527 profissionais e revisão que proporciona eficiência administrativa, ganho terapêutico e racionalidade na  
528 prescrição e utilização de fármacos; na programação através da análise do consumo histórico e cálculo  
529 do consumo médio mensal de cada item, considerando a escolha da equipe, posição atual do estoque,  
530 disponibilidade orçamentária (solicitações de compra), variações sazonais, protocolos de tratamento;

531 na aquisição de acordo com Lei. 8.666, seguir etapas, revisão do edital e exigências (documentos),  
532 formas de aquisição, inclusive os repasses estaduais e federais; no armazenamento, a  
533 CENTROFARMA estrutura física do prédio, como ocorre o recebimento, entradas, conferência,  
534 inventários; na distribuição através de cronograma anual para distribuição mensal e/ou semanal às 54  
535 UBS e demais serviços, equipe de separação e conferência, transporte utilizado, pedidos por e-mail,  
536 telefone, enfim todas as etapas envolvidas, inclusive cuidados técnicos com medicamento/material; na  
537 dispensação nas UBS pelos técnicos e auxiliares de enfermagem de acordo com registro no prontuário  
538 do paciente e/ou prescrição médica. Cita os programas atendidos pela Assistência Farmacêutica  
539 Municipal que são: Hipertensão/Diabetes, Saúde da Mulher, Saúde Mental, Respira Londrina,  
540 Fitoterápicos, Tempo de Aprender, Toxoplasmose, Paraná sem Dor, Combate a Tuberculose,  
541 Hanseníase, Controle Tabagismo, DST/AIDS e Saúde da Família; atende também aos serviços  
542 especiais como SAMU, Internação Domiciliar, Apoio Social, Maternidade, Centro de Apoio  
543 Psicossocial e Policlínica, esclarecendo que todos possuem lista padronizada de medicamentos e a  
544 previsão de consumo é elaborada por cada gerência e encaminhada a Centrofarma. Outro item do  
545 plano é Recursos Humanos, Materiais e Financeiros, onde é elencado os funcionários e estrutura  
546 física, exclusivos da Assistência Farmacêutica. Apresenta os recursos financeiros disponibilizados  
547 para compra de medicamentos em 2005 da seguinte maneira: geral R\$3.275.645,89/ano, Farmácia  
548 Básica R\$506.049,69/ano, PSF R\$ 157.160,07, Hiperdia R\$211.124,36, Saúde Mental R\$93.667,92 e  
549 Contrapartida Cemepar R\$ 206.603,56. A forma de Controle e Avaliação é através de calendários de  
550 entrega, planilhas de consumo (Consumo Médio Mensal), inventários, pastas de arquivo por UBS,  
551 registro de medicamentos vencidos e inspeções técnicas periódicas. As metas são implantar e  
552 implementar o controle de entrada e saída de medicamentos nas UBS, padronizar o armazenamento e  
553 dispensação nas UBS, grades para psicotrópicos na Centrofarma e espaço para farmácias em todas as  
554 UBS. **Dra. Josemari Campos** parabeniza o empenho da farmacêutica Fabiana que conseguiu, em  
555 curto espaço de tempo, elaborar brilhantemente este plano. **Angélica de Souza** faz pergunta se  
556 permanece para o ano de 2006 o cronograma de pedido mensal do ano de 2005 que consta no anexo III  
557 e solicita esclarecimento sobre a relação de medicamentos da Maternidade, do Sistema de Internação  
558 Domiciliar e no CAPS III, em que consta o Diclofenaco sendo que em 14 de janeiro uma matéria da  
559 Folha de Londrina publicou que podem aumentar em 40% (quarenta por cento) o risco de problemas  
560 cardiovasculares pelo uso desse medicamento, qual medida está sendo adotada pela Comissão  
561 Farmacêutica sobre essa informação e se existe possibilidade da retirada este medicamento da lista  
562 básica. **Ana Paula Cantelmo Luz**, faz sugestão de ação específica voltada ao incentivo e na  
563 capacitação dos profissionais de saúde na prescrição do medicamento pelo seu princípio ativo, pois  
564 hoje é muito comum a prescrição do nome comercial e que isso interfere diretamente no uso racional  
565 do medicamento, pois existe um apelo comercial na indicação do medicamento, e que a exemplo do  
566 Hospital Universitário se instituem Comissões de Padronização de Material e Medicamentos em  
567 todas as instituições com a equipe de assistência farmacêutica dando suporte para constituição e  
568 funcionamento dessas comissões. **Marcos Ratto** parabeniza a apresentação da farmacêutica Fabiana,  
569 pergunta como está sendo trabalhado o controle de medicamentos vencidos nas UBS, pois  
570 freqüentemente chega a UBS grande quantidade de medicamentos com curto prazo de validade;  
571 finalizando diz esperar que o problema da falta de medicamentos nas UBS esteja resolvido. **Fabiana**  
572 **Daher** respondendo aos questionamentos, informa que o cronograma apresentado foi só como  
573 exemplo, pois ele é atualizado todo o ano; quanto ao Diclofenaco, este está contemplado na lista, pois  
574 é um medicamento que vem do Ministério da Saúde, informa que há uma discussão dentro da  
575 Comissão de Assistência Farmacêutica quanto a substituição deste medicamento na rede, pois tem-se  
576 observado que o consumo dele tem diminuído e informa que oficialmente não há nenhuma orientação  
577 sobre a suspensão da dispensação do Diclofenaco pela ANVISA. **Josemari Campos** esclarece sobre a  
578 questão do Diclofenaco, dizendo que o risco maior é quando o uso é crônico, ou seja, acima de dez  
579 dias, o Diclofenaco deve ser utilizado no alívio de dor e de febre, no momento de dor aguda ou cólica  
580 nefrética, e salvo que haja um estudo recente a respeito, para esse uso esporádico do medicamento não  
581 há nenhuma orientação contrária, o que acontece é que a população de maneira geral usa de maneira  
582 inadequada este medicamento, fazendo de uso contínuo um medicamento que não tem esta  
583 característica. **Fabiana Daher** continua a responder os questionamentos informando que os médicos

584 da rede municipal tem como hábito prescrever ao paciente uma receita com o nome do princípio ativo  
 585 do medicamento, lembra também que há uma lei determinando isto; também se compromete a  
 586 incorporar as sugestões da conselheira Ana Paula neste Plano. Finalizado os esclarecimentos **Josemari**  
 587 **Campos** coloca em votação o **Plano Municipal de Assistência Farmacêutica que foi APROVADO**  
 588 **por unanimidade.** É passado para o cumprimento do ponto de pauta **9- Alteração de cadastro do**  
 589 **Hoftalon/CPDV. Nobuaqui Hasegawa** informa que o Hoftalon existe há catorze anos e que uma das  
 590 maiores barreiras encontradas é a falta de recursos financeiros, informa que mensalmente passam pelo  
 591 hospital aproximadamente 6.000 (seis mil) pacientes e são realizadas em torno de 350 (trezentas e  
 592 cinquenta cirurgias), todos esses atendimentos são pelo SUS, e o valor recebido por estes  
 593 atendimentos é de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) mês; existe ainda pagamento para todo  
 594 tipo de tributo, por isso tem buscado alternativas de viabilizar as atividades do hospital e o Governo  
 595 através do Ministério da Justiça tem dado esta alternativa através das OSCIP. Nobuaqui vê na OSCIP a  
 596 possibilidade de expandir o atendimento, fazendo, inclusive, parcerias com instituições estrangeiras,  
 597 com os governos brasileiro e possivelmente japonês; pede a aprovação do CMS para a alteração da  
 598 razão social do Hoftalon. **Josemari Campos** coloca em apreciação a proposta de alteração da razão  
 599 social do Hoftalon para CPDV, esclarecendo que o Município não terá ônus neste processo e que  
 600 CPDV significa Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Visão. Sem mais questionamentos é  
 601 **APROVADA a mudança da razão social do Hoftalon para OSCIP Centro de Pesquisa e**  
 602 **Desenvolvimento da Visão (CPDV) por todos os conselheiros.** Nada mais havendo a ser tratado,  
 603 encerra-se a reunião. A presente ata elaborada por Márcia Batista Brizola e Sônia Maria Anselmo,  
 604 digitada por Andréia Diniz e será lida e assinada pelos conselheiros abaixo relacionados.

605			
606	TITULAR	Josemari Sawczuk de Arruda Campos	
607	SUPLENTE	Marlene Zucoli	
608			
609	TITULAR	Wânia Gutierrez	
610	SUPLENTE	Sônia Maria de Almeida Petris	Ausente
611			
612	TITULAR	Rubens Martins Júnior	Ausente com justificativa
613	SUPLENTE	Benedito Fernandes	Ausente
614			
615	TITULAR	Alberto Durán Gonzalez	
616	SUPLENTE	Argéria M. Serraglio Narciso	Ausente com justificativa
617			
618	TITULAR	Isaltina Pires Cardoso	Ausente
619	SUPLENTE	Deid Francisco Ferraz da Silva	
620			
621	TITULAR	Éder Pimenta de Oliveira	
622	SUPLENTE	Marcos Rogério Ratto	
623			
624	TITULAR	Bett Claidh	
625	SUPLENTE	Manoel Nivaldo Da Cruz	Ausente
626			
627	TITULAR	Fahd Haddad	Ausente com justificativa
628	SUPLENTE	Ana Paula Cantelmo Luz	
629			
630	TITULAR	Alda Mastelaro Hayashi	
631	SUPLENTE	Mara Rossival Fernandes	Ausente com justificativa
632			
633			
634	TITULAR	Francisco Eugênio Alves de Souza	Ausente
635	SUPLENTE	Jeremias Bequer Brizola	Ausente

636			
637			
638	TITULAR	Orides Lopes Pinheiro	Ausente
639	SUPLENTE	Ogle Beatriz Bacchi de Souza	Ausente com justificativa
640			
641			
642			
643	TITULAR	Paulo Fernando Nicolau	
644	SUPLENTE	Nobuaqui Hasegawa	
645			
646	TITULAR	Neusa Maria dos Santos	
647	SUPLENTE	Custódio Rodrigues do Amaral	
648			
649	TITULAR	Joel Tadeu Correa	
650	SUPLENTE	Jurema de J. C. dos Santos	
651			
652	TITULAR	Paulo Sérgio Gomes do Prado	Ausente justificativa
653	SUPLENTE	Acácio dos Santos	
654			
655	TITULAR	Laurentino dos Santos Paulista	
656	SUPLENTE	Sebastião Francisco Rêgo	Ausente
657			
658	TITULAR	Livaldo Bento	Ausente
659	SUPLENTE	José do Carmo Medeiro	Ausente
660			
661	TITULAR	Angélica de Souza	
662	SUPLENTE	José Barbosa	
663			
664	TITULAR	Terêncio de Lima	
665	SUPLENTE	Maria Aparecida da Silva Cardoso	Ausente
666			
667	TITULAR	Ailton de Souza	Ausente
668	SUPLENTE	Natal de Oliveira	
669			
670	TITULAR	Euclides Lunardelli Filho	
671	SUPLENTE	Wilma Silva Ribeiro	
672			
673	TITULAR	Paulo Roberto Vicente	
674	SUPLENTE	Vera Lúcia Giachetto	Ausente
675			
676	TITULAR	Maria José Teixeira Lopes	Ausente
677	SUPLENTE	Levina Aparecida Alves	Ausente
678			
679	TITULAR	Rosalina Batista	
680	SUPLENTE	Irene de Jesus Macena	
681			
682			
683			
684			
685			
686			
687			